

As crenças e as suas qualidades

Adam Morton

1. Defendendo e atacando crenças

Qualquer pessoa tem muitas crenças. Acreditas que o mundo é redondo, que tens um nariz e um coração, que $2 + 2 = 4$, que há muita gente no mundo, algumas como nós outras não. Quase toda a gente está de acordo com estas crenças. Mas também há discordâncias. Algumas pessoas acreditam que há um Deus, e algumas não. Algumas acreditam que a medicina convencional é a melhor maneira de lidar com todas as doenças, e algumas não. Algumas acreditam que existe vida inteligente algures no universo, e algumas não. Quando as pessoas discordam, trocam argumentos e provas e tentam persuadir-se mutuamente. Aplicam com frequência designações injuriosas ou lisonjeadoras às crenças em questão. “Isso é falso”, “Isso é irracional”, “Não tens nenhuma prova”, ou “Isso é verdade”, “Tenho boas razões para acreditar”, “Eu sei”.

Usamos estas designações porque há propriedades que queremos que as nossas crenças tenham: queremos que sejam verdadeiras em vez de falsas; queremos ter boas razões em vez de más para acreditar nelas. A teoria do conhecimento ocupa-se destas propriedades, da diferença entre crenças boas e más. A sua importância na filosofia tem origem em duas fontes, uma construtiva e uma destrutiva. A fonte construtiva é que os filósofos tentaram frequentemente encontrar melhores formas de obter crenças. Por exemplo, estudaram o método científico e tentaram ver se é possível descrever as regras científicas que podemos seguir de modo a termos a maior possibilidade de evitar crenças falsas. O racionalismo, o empirismo e o bayesianismo, descritos adiante neste livro, são filosofias construtivas desta espécie. A fonte destrutiva é que a filosofia foi frequentemente apanhada no conflito entre dois conjuntos ou sistemas de crenças. Por exemplo, as pessoas religiosas tentam às vezes encontrar razões filosóficas para se acreditar em Deus, e as pessoas antirreligiosas tentam às vezes encontrar razões filosóficas para mostrar que é irracional acreditar em Deus. Deste modo, a *teoria do conhecimento* — ou epistemologia, como também é chamada, da palavra grega *episteme* que significa *conhecimento* — pode ver-se igualmente envolvida na tentativa de encontrar melhores formas de adquirir crenças e de criticar as que já temos.

Este capítulo introduz as ideias e a terminologia básicas da teoria do conhecimento. Liga a tentativa de melhorar as nossas crenças e arbitrar os conflitos entre sistemas diferentes com as ideias fundamentais do tema. A ideia central aqui é a importância das questões acerca dos gêneros de crenças que queremos ter. O capítulo acaba com duas visões extremas, o ceticismo profundo e o externalismo radical, para mostrar a importância destas questões.

2. Ideais Epistemológicos

Até recentemente, a maior parte dos filósofos que trabalharam em teoria do conhecimento não deram muita atenção às diferentes formas pelas quais as crenças e os modos como as adquirimos podem ser satisfatórios ou insatisfatórios. Eles não perguntaram: Que qualidades queremos que as nossas crenças tenham? E que qualidades não queremos que tenham? A razão disso é que os filósofos com frequência pensaram que a resposta era óbvia: queremos que as nossas crenças sejam verdadeiras e não falsas. Como veremos mais tarde (em particular no capítulo 5), esta resposta *não* é óbvia. Mas, concentrando-se no desejo de verdade, a maior parte dos filósofos até recentemente descreveram vários ideais para as crenças: modos pelos quais as nossas crenças e os modos como as adquirimos podem ser perfeitamente organizados. Os racionalistas descreveram um ideal no qual argumentos tão poderosos como os de uma prova matemática poderiam demonstrar a verdade de todas as crenças que precisássemos. Os empiristas descreveram um ideal no qual as provas com base no que vemos, ouvimos ou de algum modo percebemos poderia dar uma prova adequada para todas as nossas crenças. Um ideal epistemológico contemporâneo, defendido pelo movimento Bayesiano em teoria da probabilidade e teoria do conhecimento, visa descrever os modos pelos quais podemos descobrir exatamente quão provável é cada uma das nossas crenças, tendo em conta as provas que possuímos.

Neste livro discutiremos cada um destes ideais. Uma questão importante acerca de cada um é: serão os seres humanos capazes de cumprir este ideal? Poderemos ter crenças assim? Mas outra questão igualmente importante é: Qual será o preço de satisfazer este ideal? Para ter crenças assim teremos de perder algo de valor?

Um ideal epistemológico muito simples é o de **coerência**. A coerência é ter crenças que não apenas têm individualmente sentido, mas que se ligam num padrão com sentido. Se acredito que todos os gatos são inteligentes, que o animal do meu vizinho é um gato, e que o animal do meu vizinho é estúpido, então as minhas crenças são incoerentes. Não podem ser todas verdadeiras, e a partir de algumas delas posso dar boas razões para discordar de outras. As minhas crenças podem ser incoerentes igualmente por outras razões. Posso acreditar em muitas coisas que constituem uma forte prova de algo, e no entanto acreditar no oposto. Isto acontece frequentemente quando as pessoas se enganam a elas próprias. Suponhamos, por exemplo, que alguém sabe que o seu filho se mete em lutas na escola, sabe que os professores têm receio dele, sabe que muitas outras crianças estão proibidas de brincar com ele, mas que ainda assim se engana a si mesmo pensando que o seu filho é um anjinho amoroso: as crenças de tal pessoa não serão coerentes.

Por que razão deveremos querer que as nossas crenças sejam coerentes? Uma das razões é que as crenças incoerentes têm tendência para incluir muitas crenças falsas. Outra é que crenças incoerentes são difíceis de defender perante pessoas que as desafiem ou ataquem. Assim, a coerência é um ideal que podemos pôr a nós próprios. Podemos tentar fazer as nossas crenças serem tão coerentes quanto possível. Isto não significa que as crenças de qualquer pessoa poderão ser sempre totalmente coerentes. Todos os seres humanos estarão provavelmente sempre sujeitos a maus raciocínios e a enganaram-se a si mesmos. Somos assim. Mas é um ideal que podemos tentar realizar. É também um ideal que alguém pode decidir não procurar, provavelmente porque pensa que entra em conflito com outro ideal qualquer, tal como o de ter ideias novas e interessantes. No entanto, mesmo para este ideal epistemológico muito simples, há questões a que é preciso responder acerca do preço de o visar e de quão próximo da sua realização se podem realmente aproximar os seres humanos.

3. Conceitos Básicos

Ao discutir as crenças, os filósofos usam uns quantos conceitos centrais. É difícil definir qualquer deles em termos que todos os filósofos aceitem, porque as definições estão normalmente associadas com teorias acerca do conhecimento, precisamente as teorias que iremos comparar neste livro. Mas se considerares os exemplos abaixo, irás quase de certeza concluir que são conceitos com que já estás familiarizado. Toda a gente os usa na vida quotidiana, de um modo geral e impreciso, ainda que não usem as mesmas palavras que os filósofos. (No que se segue irei frequentemente escrever uma palavra em *itálico* para indicar que é uma palavra que deve ser tida em atenção, ou em **negrito** se está entre os termos epistemológicos listados no Glossário no fim do livro.)

Racional/irracional

O Jorge tem um encontro com a Sofia, que é loura. Ela decide à última da hora não sair com o Jorge nessa noite, e ficar em casa a estudar. O Jorge fica furioso e decide que todas as louras são más. Nunca mais confiará numa loura. Isto é particularmente estranho uma vez que a sua mãe e a irmã, que sempre o trataram com muita gentileza, são louras. Mas daquele dia em diante, por muito amigável, delicada ou prestável que uma loura seja, o Jorge interpretará sempre o seu comportamento como mau.

A crença do Jorge em que todas as louras são más é uma **crença irracional**. Não tem origem no pensamento cuidadoso, mas num impulso súbito e irritado que continua a agarrá-lo. (Falando de forma mais cuidadosa, podemos dizer que o modo como o Jorge adquiriu aquela crença foi irracional: foi irracional o Jorge adquirir aquela crença naquela altura e daquele modo.) Podemos dizer que foi uma crença louca e estúpida, embora o Jorge possa não ser nem louco nem estúpido. Muitos filósofos pensam que muitas das crenças das pessoas, incluindo crenças aceites por muitas gerações, são irracionais. São, em aspectos importantes, como as crenças do Jorge acerca das louras. As crenças supersticiosas como, por exemplo, a crença de que é má sorte um gato preto atravessar-se no nosso caminho, são boas candidatas a irracionais. Alguns filósofos defendem que todas as crenças religiosas são irracionais, e que é irracional acreditar numa diferença objetiva entre bem e mal. Muitos filósofos, é escusado dizer, discordam.

Compara o Jorge com a Sônia. A Sônia tem um pai cruel e o irmão é traficante de droga. Nenhum deles mostra qualquer afeto ou consideração por ela. Na verdade, à exceção de dois dos seus professores na escola, todos os homens que tiveram algum papel na sua vida foram maus. Contudo, quando lhe fazemos perguntas acerca da sua atitude para com os homens, ela diz: “Há muitos que são maus. Mas encontrei alguns decentes, de modo que tenho uma pequena esperança neles”. Isto não parece irracional. É uma **crença racional** na medida em que não afirma mais do que as provas a que tem acesso sugerem, e deixa em aberto possibilidades que não são eliminadas por essas provas. Uma conclusão a tirar é que muitas vezes uma crença racional tem de ser expressa de forma mais sutil do que uma irracional em resposta às mesmas provas. A crença racional irá dizer menos frequentemente “todos” ou “nunca”.

Verdadeiro/falso

Supõe que há um mecanismo no universo que garante que sempre que um gato preto se atravessa no caminho de uma pessoa, num futuro próximo algo de mau acontece a essa pessoa. Nenhum ser humano sabe da existência deste mecanismo, que opera segundo princípios físicos que os seres humanos nunca compreenderão. Por conseguinte, a crença em que é má sorte um gato preto atravessar-se no teu caminho é *verdadeira*. (Pelo que a crença de que os gatos pretos que se atravessam no nosso caminho em nada alteram a probabilidade da ocorrência de acontecimentos maus é *falsa*.) Mas ainda assim pode não haver qualquer boa prova disso: as combinações de gatos que se atravessam no caminho e os acontecimentos maus são demasiado sutis para que nos apercebamos delas. Por isso, a crença de que os gatos pretos dão má sorte é verdadeira, embora não existam boas provas a seu favor; é verdadeira apesar de a crença de que é verdadeira ser irracional. Pelo que as crenças irracionais podem ser verdadeiras. Esta pode ser uma conclusão surpreendente, mas é manifestamente correta. Uma conclusão menos surpreendente é que as crenças racionais podem ser falsas. Podem existir razões muito fortes para acreditar em algo embora isso seja falso.

Provas

Os cientistas fazem experiências para encontrar **provas** a favor e contra as teorias científicas. Os detetives procuram provas demonstrando quem cometeu crimes. As provas podem assumir formas muito diferentes. O comportamento dos animais numa tarefa de aprendizagem, o padrão da luz no visor de um telescópio ou microscópio, uma carta confessando uma ação — tudo isto e muito mais, em circunstâncias apropriadas, poderá ser considerado provas. Frequentemente quando se produz uma prova é com o fim de convencer alguém a mudar a sua maneira pensar, da crença para a descrença, da descrença para a crença, ou da neutralidade para qualquer delas. Sendo assim, a prova tem de ser de modo a que as pessoas que se pretende persuadir acreditem nela, tem de ser tal que quando elas pensam nela, se forem racionais, terão tendência para alterar as suas crenças. Desse modo, as provas produzidas pela defesa num julgamento podem ser um testemunho que mesmo um júri inclinado a condenar terá de levar a sério. Analogamente, as provas a favor de uma teoria científica poderão ser os resultados de uma experiência que mesmo alguém que acredite numa teoria rival terá que admitir ter sido realmente efetuada e ter dado realmente os resultados que deu.

Raciocínio e argumento

Quando as provas apoiam uma crença isso faz as pessoas pensarem que pode ser verdadeira. Devido a essas provas, fazem alguns raciocínios favoráveis à crença. Há muitas espécies de raciocínios. Às vezes, para persuadir alguém, não apresentas provas algumas, mas dizes, “Supõe que...” e depois tiras conclusões. Um advogado de defesa diz: “Suponha que outra pessoa além do meu cliente estava escondida em casa nessa noite”, e de seguida mostra como é que essa pessoa misteriosa poderia ter cometido o crime e colocado a mala roubada do seu cliente na cena do crime. O júri pensa sobre isto e é conduzido através de passos de *raciocínio* pelo *argumento* do advogado. De seguida pode concluir: “Outra pessoa poderia ter feito isto” ou “se outra

pessoa pudesse ter entrado em casa, poderia ter feito isto”. Às vezes o raciocínio pode mostrar que uma crença é verdadeira sem usar qualquer prova. Por exemplo, supõe que um estudante diz a um bibliotecário: “O prazo de entrega terminou a 1 de Fevereiro e hoje é 1 de Março; a multa é 50\$00 por dia, de modo que devo 1450\$00”, e o bibliotecário responde: “Mas este é um ano bissexto, pelo que me debes 1500\$00”. O raciocínio do bibliotecário mostra que a crença do estudante está errada sem ser necessário apresentar qualquer nova prova.

Justificado/injustificado

Imagina Pedro, que vive em Portugal e não sabe nada acerca dos animais da América do Norte. Ele nunca viu um alce ou um esquilo, e não sabe que gênero de animais são. A sua família faz uma viagem a Seattle, e no avião dão-lhe um livro, em inglês, com o título *Animais da América do Norte*. Na realidade o livro é uma brincadeira, e a maior parte da informação está errada. Em particular, a foto e a descrição de um alce são a de um esquilo, e a foto e a descrição de um esquilo são a de um alce. Em Seattle ele vai ao jardim zoológico e vê um alce. Pensa que está a ver o animal chamado “esquilo”. Não é despropositado ele acreditar nisso, dado o que leu e o que está a ver. Com base nessa informação, a sua crença de que está a ver o que se chama um esquilo é uma **crença justificada**. A sua irmã Joana, que tem muito mais informação acerca dos animais da América do Norte, olha para o grande ruminante com grandes chifres e pensa imediatamente “É um alce”, e a sua é também uma crença justificada. Muitas teorias do conhecimento são teorias de quando as crenças de uma pessoa são justificadas. Uma crença é justificada quando se baseia em informação que faz a adoção dessa crença ser uma estratégia melhor para conseguir a verdade do que a sua recusa. As pessoas tiram com frequência conclusões que não se podem justificar com a informação que têm. Por exemplo, se o Pedro pensar que uma vez que os alces têm chifres e que a palavra “alcedo” é parecida com “alce”, os alcedos também têm chifres, então a informação ele tem é insuficiente para justificar a sua crença, a menos que tenha também alguma razão para acreditar que animais cujos nomes são parecidos são também eles parecidos.

Conhecimento/ignorância

O Pedro *ignorava* os nomes dos animais da América do Norte. Ignoramos todos muitas coisas: há muitas perguntas para as quais não sabemos as respostas. Provavelmente, nenhum ser humano sabe se há vida noutros planetas. Provavelmente, nenhum ser humano sabe como conseguir a paz universal. Provavelmente, nenhum ser humano sabe se o número de números primos gêmeos (como 3 e 5, 11 e 13, 1,001 e 1,003) é infinito. Há muita gente que tem crenças acerca destas coisas. Algumas das suas opiniões são racionais e algumas são justificadas. Mas não se segue que qualquer destas opiniões seja considerada *conhecimento*. Para saber que há vida noutros planetas, uma pessoa teria de ter uma teoria poderosa de como a vida se desenvolve ou ter provas diretas produzidas por essa vida. Para saber como conseguir a paz universal, uma pessoa teria de ter uma receita para produzir a paz e uma razão muito convincente que mostrasse como e por que razão ela funcionaria. Para saber que há um número infinito de números primos gêmeos, uma pessoa teria de ter uma demonstração matemática correta deste fato. Em resumo, e de forma bastante grosseira, para conhecer algo, a tua mente tem de estar ligada ao fato, e essa ligação tem de ser de alta confiança. Isto faz o conhecimento parecer muito

especial e raro. Contudo, falamos como se soubéssemos muitas coisas. Quase toda a gente sabe os nomes dos seus amigos ou das suas amigas, e sabe que têm um nariz na cabeça. A maior parte das pessoas sabe que a Terra gira em torno do Sol e que 12 multiplicado por 13 é 156. Um sinal disto é que se pode confiar na maior parte das pessoas para dar informação segura acerca destas coisas. Visto deste modo, não é surpreendente que haja muitas controvérsias acerca do conhecimento: acerca do que é o conhecimento e acerca da questão de saber quanto conhecimento temos. Porque é ao mesmo tempo algo que parece bastante difícil de alcançar e algo que pensamos possuir em grande quantidade.

Nenhuma destas explicações era uma verdadeira definição. Havia nelas demasiados termos vagos e inexplicados: por exemplo, a ideia de uma ligação de “alta confiança” entre a mente e um fato. Mais adiante neste livro serão examinadas definições mais precisas destes termos. (Vê o capítulo 6 para mais elementos acerca do conhecimento, e vê a questão 15 no fim deste capítulo para mais elementos acerca da diferença entre crenças justificadas e racionais.) Mas as explicações provavelmente recordaram-te o suficiente acerca destes conceitos para que possas compreendê-los. O ponto importante a compreender agora é que todas estas palavras podem ser usadas para descrever características desejáveis e indesejáveis, boas e más, das nossas crenças. Não é de maneira alguma óbvio que exista apenas um gênero de características desejáveis das nossas crenças, de modo que estes aspectos bons e maus podem misturar-se em padrões complicados. Em particular, repara nas três complicações seguintes.

Pode obter-se um bom resultado através de um método mau. Por exemplo, pode-se chegar a uma crença verdadeira por um raciocínio irracional. Vês uma aranha, e porque te assustaste com as suas pernas peludas, pensas que deve ser venenosa. Esse é um raciocínio mau, mas pode acontecer que apesar disso a aranha seja venenosa. Há muitos exemplos destes na história da ciência. Por exemplo, William Harvey no século XVII formulou a teoria de que o sangue circula no corpo deixando o coração pelas artérias e voltando pelas veias. Ele chegou a esta conclusão ao pensar: o coração é como o Sol e o sangue é como a Terra, logo, uma vez que a Terra gira em torno do Sol, o sangue deve girar em torno do coração. Este raciocínio não é lá muito convincente, para ser generoso, mas levou-o a uma conclusão verdadeira. (Mais tarde fez experiências e encontrou provas melhores para a sua ideia.)

Um mau resultado pode ser obtido por um método bom. Por exemplo, o Pedro no exemplo acima não estava a raciocinar mal quando pensou que o grande animal à sua frente se chamava “esquilo”. Ora considera uma cientista que testa um milhão de amostras de uma droga numa dúzia de espécies animais e não encontra quaisquer efeitos secundários. Na ausência de provas contrárias, justifica-se a sua conclusão de que a droga é inofensiva. Mas pode vir a verificar-se que em certas espécies de animais sob determinadas condições a droga é fatal. O juízo justificado da cientista era falso. (Este exemplo está relacionado com as questões sobre indução discutidas no capítulo 4.)

Crenças opostas podem estar ambas justificadas. O Pedro e a Joana têm ambas crenças justificadas, segundo as provas diferentes disponíveis a cada um. As pessoas de há milhares de anos não eram estúpidas quando pensavam que a Terra era plana e o Sol girava em seu redor, tal como não somos estúpidos em acreditar que é esférica e gira em torno do Sol. Em relação às provas disponíveis para os homens da Antiguidade, a sua crença era razoável. Nota, contudo, que as crenças opostas não podem ser ambas consideradas conhecimento. Se a Terra é realmente plana, então estamos errados ao pensar que sabemos que é esférica.

Estas três complicações são análogas às complicações que surgem sempre que aplicamos vários gêneros diferentes de qualidades boas e más. Em particular, são análogas às complicações que surgem em ética, quando tentamos compreender as qualidades boas e más das ações humanas. Aí também verificamos que um bom resultado pode ser obtido por um mau método, como quando alguém ataca um rival por invejas mesquinhas e, desse modo, impede acidentalmente o rival de cometer um assassinio. E verificamos que um mau resultado pode ser obtido por um bom método, como quando uma pessoa salva a vida de um banhista que está a afogar-se, e ele comete depois vários assassinios. Podem igualmente justificar-se ações opostas, como quando duas pessoas estão num edifício em chamas e uma se precipita para fora de modo a sobreviver para cuidar dos seus filhos e a outra se precipita para o interior para salvar algumas crianças que estão lá presas.

A analogia com a ética é de grande alcance. Aplicamos muitas das mesmas designações quando avaliamos ações e raciocínios: cuidadoso, descuidado, seguro, desajeitado, (in)preciso, (ir)responsável, eficaz, insípido e por aí adiante. Temos na vida quotidiana padrões e critérios para os modos como agimos e como formamos as nossas crenças, padrões e critérios que a filosofia pode tentar compreender e talvez mesmo melhorar.

4. As Questões Básicas da Teoria do Conhecimento

Os filósofos que trabalham em teoria do conhecimento têm tentado determinar quão boas são as nossas crenças e quão boas poderiam ser. Querem avaliar as crenças que efetivamente temos e sugerir formas de obtermos crenças melhores. Obviamente, estes dois objetivos estão ligados: se um filósofo pensar que as nossas crenças são em geral racionais e verdadeiras, então ele ou ela estará menos inclinado a sugerir mudanças radicais na forma como obtemos novas crenças, ao passo que se um filósofo pensar que as nossas crenças são um aglomerado de confusões e falsidades, então terá tendência para sugerir formas muito diferentes de obter novas crenças ou para ficar desesperado. Assim, há três questões centrais a que a teoria do conhecimento tenta responder:

- Que qualidades devem ter as nossas crenças?
- Que qualidades têm as crenças que efetivamente temos?
- Que qualidades podem ter as nossas crenças?

A resposta à primeira questão pode parecer óbvia. Queremos que as nossas crenças sejam verdadeiras, racionais e baseadas em provas. Mas supõe que um filósofo te tinha persuadido de que não conseguimos obter muitas crenças verdadeiras. Poderás então decidir aspirar à racionalidade em vez da verdade. Ou supõe que um filósofo te persuadiu de que usar raciocínios para basear crenças em provas resultará em muito menos crenças verdadeiras do que com um outro método: por exemplo, confiando na autoridade de alguma tradição. Nesse caso, podes decidir aspirar a crenças verdadeiras em vez de crenças baseadas em provas.

Quase todos os filósofos querem que aspiremos a ambas, à verdade e à racionalidade. Diferem, contudo, na importância relativa que dão a estas e outras boas qualidades das crenças. (Para mais elementos sobre este tema vê o capítulo 5.) Quanto à questão de saber quão melhor podem ser as nossas crenças do que são, os filósofos dividem-se entre o que se poderá chamar os campos “conservador” e “radical”. Nos primeiros dias da revolução científica, os filósofos eram muito otimistas acerca das possibilidades do conhecimento humano.

Propuseram formas de basear as crenças na razão e nas provas que esperavam que conduzissem a crenças igualmente mais racionais e mais frequentemente verdadeiras. (Algumas destas formas são discutidas nos capítulos 2, 3, e 4.) Muitos destes filósofos procuravam formas de usar a razão e as provas que tornassem desnecessário confiar na fé, ou na tradição e na autoridade. Os primeiros filósofos tinham tendência para ser muito menos otimistas acerca de quão melhor o nosso conhecimento pode ser. E os filósofos mais recentes, nos séculos XIX e XX, são também menos propensos a sugerir novas formas radicais de obter crenças. Assim, a este respeito, os filósofos que escrevem depois dos primeiros anos da ciência moderna são mais como os filósofos que escreveram antes desses anos. Contudo, uma diferença importante é que os filósofos modernos normalmente consideram o método científico entre as formas normais de adquirir conhecimento. Além disso, os filósofos do século XX, em particular, tenderam a analisar o modo como obtemos de fato o conhecimento em vez de propor novos modos radicais de adquiri-lo. (As sugestões mais radicais tiveram tendência para ter origem na epistemologia bayesiana, discutida no capítulo 9.)

5. Duas Visões Extremas

Para vermos como as diferentes respostas a estas três questões podem ser combinadas, considera duas visões extremas, o **ceticismo** profundo e o externalismo radical. (“Ceticismo” e “externalismo” são termos-padrão em teoria do conhecimento. Eu acrescentei as designações “profundo” e “radical” para mostrar que estou a descrever formas particulares destas posições.)

Ceticismo profundo

Este ceticismo responde à questão “Que qualidades devem ter as nossas crenças?” com “Deveríamos ser capazes de dar boas razões para mostrar que são verdadeiras”. Responde à questão “Que qualidades têm as crenças que efetivamente temos?” com “Não podemos dar boas razões pelas quais elas são verdadeiras”. E responde à questão “Que qualidades podem ter as nossas crenças?” com “Os seres humanos não são capazes de ter crenças que possam saber que são verdadeiras”. O ceticismo profundo dá uma descrição pessimista muito forte das possibilidades do conhecimento humano. (Uma forma de ceticismo mais moderada pode ser menos pessimista.)

Que razões podem existir para o ceticismo profundo? Eis três argumentos a seu favor.

Erros no raciocínio. A maior parte do que acreditamos baseia-se em provas. Por exemplo, acreditamos que algumas medicinas curam algumas doenças, raciocinando a partir de provas sobre pessoas com essas doenças. Mas é fácil fazer erros ao raciocinar. Um pequeno erro pode fazer com que toda uma cadeia de raciocínios dê para o torto. Uma garantia consiste em verificar o nosso raciocínio; mas isto não é verdadeiramente uma garantia, uma vez que a verificação é ela própria um raciocínio e pode facilmente dar para o torto. Supõe que existia um defeito profundo na forma como os seres humanos pensam. Isto corromperia todos os nossos raciocínios; mas uma vez que corromperia também o raciocínio que usamos para verificar o nosso raciocínio,

nunca saberíamos que o nosso raciocínio tinha dado para o torto.

Ilusões perceptivas. Muitas vezes, as coisas não são como as vemos. Quando confiamos na visão e na audição formamos com frequentemente crenças falsas. Uma razão para isto é haver muitas ilusões: miragens, truques de perspectiva e luz, formas em que o sistema visual humano não funciona na perfeição. (Isto é discutido de forma alargada no capítulo 2.) E depois há os sonhos e as alucinações, nas quais as pessoas pensam com frequência que estão a perceber coisas que nem sequer existem. Temos consciência das ilusões e alucinações porque contradizem o resto da nossa experiência. Mas isso apenas significa que podemos detectar pequenos erros. Os grandes erros, nos quais grande parte das nossas percepções são ilusórias, são muito menos suscetíveis de serem detectados. (Num sonho não sabes normalmente que estás a sonhar.) Assim, podem existir ilusões que contaminem completamente as nossas percepções e que nunca reconheceremos como ilusões.

O nosso mau historial. Os seres humanos enganaram-se com frequência no passado. Outrora pensamos que a Terra era plana, e agora pensamos que é esférica. Os gregos antigos pensavam que a matéria era composta de átomos, e depois a ciência pensou que era continuamente divisível como um fluido, até que no fim do século XIX os cientistas começaram a acreditar outra vez em átomos. No século XVIII, Newton pensou que a luz era composta por partículas, mas os cientistas posteriores decidiram que em vez disso era composta por ondas — até que Einstein mostrou que têm de existir partículas de luz, chamadas “fótons”. Qualquer teoria científica acabará por se revelar falsa. E qualquer teoria que lhe suceda acabará também por se revelar falsa. Contudo, as crenças científicas são aquelas de que temos mais razões para pensar que são verdadeiras; se estas crenças são falsas, então pouca esperança existe para todas as outras nossas crenças. Deste modo, temos razões para concluir que quase todas as nossas crenças são falsas. Eu não avaliarei estes três argumentos. Contudo, debes considerar seriamente até que ponto te convenceram. (Vê as questões 8 e 11 no fim deste capítulo.) Como alternativa, descreverei uma posição muito diferente, o externalismo radical.

Externalismo radical

O externalismo responde à questão “Que qualidades devem ter as nossas crenças?” com “A verdade é a qualidade mais importante das crenças; outras características, como a racionalidade, são simplesmente formas de tornar mais provável que uma crença seja verdadeira”. Responde à questão “Que qualidades têm as crenças que efetivamente temos?” com “Muitas delas, especialmente as crenças acerca do mundo que nos rodeia, são verdadeiras”. E responde à questão “Que qualidades podem ter as nossas crenças?” com “Há muitos modos pelos quais os seres humanos, individualmente e em cooperação, podem ser fontes de informação fidedignas acerca do seu meio”.

Eis três argumentos a favor do externalismo radical.

Evolução. Os seres humanos evoluíram num ambiente que não era muito diferente daquele em que vivemos atualmente. Os nossos antepassados viveram na superfície deste planeta, lidando com objetos sensivelmente dos tamanhos e formas que encontramos agora. Os nossos antepassados humanos e não-humanos eram sensíveis às mesmas frequências luminosas e sonoras que nós. Se os nossos sentidos e a nossa capacidade para usar a informação que obtemos por seu intermédio não fosse em geral exata, teríamos morrido há milhares de anos. Mas ainda aqui estamos, o que é um testemunho da nossa capacidade para formar crenças verdadeiras

acerca do nosso meio.

Intuição. Quando as pessoas defendem as suas crenças com cadeias de raciocínios conscientes que expressam com palavras, cometem muitos erros. Mas no decorrer da vida quotidiana aprendemos muitas rotinas de pensamento que funcionam bem, em particular se não pararmos para pensar nelas. Por exemplo, as pessoas são muito boas em aritmética simples, desde que se mantenha simples. Mas se pedires a uma pessoa que diga as razões pelas quais ele ou ela acredita que $340 - 89 = 251$, provavelmente recebes uma resposta confusa ou errônea. Além disso, temos algumas capacidades, como a capacidade para encontrar o nosso caminho de um lugar para outro ou a para compreender as disposições e as expressões faciais uns dos outros, que não compreendemos muito bem, mas que nos dão resultados satisfatórios. Normalmente, não nos perdemos a caminho de casa, e compreendemos quando outra pessoa está zangada conosco. Estas rotinas e capacidades quotidianas são fontes de crenças, como a crença de que $340 - 89 = 251$, de que para chegar a casa devemos virar à esquerda na Rua da Água Ruça ou que a pessoa com que falamos está à beira de uma explosão de raiva. Uma vez que a nossa vida quotidiana depende destas crenças, e uma vez que a nossa vida quotidiana funciona razoavelmente bem, podemos concluir que as rotinas e capacidades que usamos são fontes razoavelmente fidedignas de crenças verdadeiras.

Cooperação. As pessoas que agem em grupos podem facilmente fazer muitas coisas que seriam impossíveis aos indivíduos. Isto aplica-se não apenas à caça e à construção de casas, mas também ao conhecimento. Um membro da sociedade pode conhecer informação aprendida gerações antes e passada de pessoa em pessoa. A linguagem é para isto essencial, tal como a disposição para confiar no que outras pessoas dizem a menos que haja alguma razão para não acreditar nelas. Nos tempos modernos muitas das nossas crenças dependem de redes de cooperação bastante complexas. Por exemplo, tu acreditas que os aparelhos de televisão captam as ondas de rádio vindas pelo ar, mas provavelmente não podes dar uma boa descrição de como fazem isso, ou mesmo do que são realmente as ondas de rádio. E acreditas que os antibióticos como a penicilina são eficazes contra muitas doenças bacteriológicas; mas se és como a maior parte das pessoas, não tens nenhuma ideia realmente boa de como se fazem os antibióticos ou de como funcionam com as bactérias. Mas tens acesso a esta informação através das tuas ligações com outras pessoas: podes ler livros, pedir conselhos, consultar especialistas. Assim, de certo modo a comunidade no seu conjunto tem um conhecimento mais completo de muitas coisas de que os indivíduos. Funcionando como parte de uma comunidade, confiando nos outros de modo a poderes juntar os teus diferentes pedaços de informação, um indivíduo pode ter acesso fidedigno a muitas crenças verdadeiras. Os indivíduos raramente podem ter este conhecimento usando apenas as suas fontes individuais, e normalmente não podem explicar ou justificar convincentemente esse conhecimento. Mas isso não nega o fato de que as crenças são de confiança e verdadeiras.

O ceticismo profundo e o externalismo radical são visões muito diferentes. Mas nota que não são exatamente opostas, uma vez que partem de respostas diferentes à primeira questão, "Que qualidades devem ter as nossas crenças?" O ceticismo profundo pressupõe que a qualidade mais importante das nossas crenças é podermos estar certos de que são verdadeiras; e tenta então mostrar que não podemos estar certos de que muitas das nossas crenças são verdadeiras. Por outro lado, o externalismo radical pressupõe que a qualidade mais importante das nossas crenças é exatamente o serem verdadeiras, quer possamos quer não ter certeza disso; e tenta então mostrar que muitas das nossas crenças são verdadeiras, ainda que não possamos saber com toda a certeza que crenças são essas. Quer o ceticismo profundo quer o externalismo radical podem estar errados.

Mas até termos decidido quais são as qualidades mais importantes que as nossas crenças devem ter, não devemos ter a impressão de que se uma posição está correta a outra tem de estar errada. Dados os pressupostos que cada posição faz acerca dos objetivos da crença, ambas podem estar ambas certas. Voltaremos a discutir as questões ligadas ao ceticismo profundo e ao externalismo radical. (Vê especialmente os capítulos 3, 5, e 8.) Por agora, o importante é ver como as respostas às três questões influenciam as teorias acerca do conhecimento. Queremos modos de adquirir crenças que produzam crenças verdadeiras, crenças racionais, crenças que sejam verdadeiras e racionais, crenças de que possamos ter a certeza e que sejam justificadas, ou o quê? Quão mais verdadeiras, mais baseadas em provas, ou mais racionais poderiam ser as crenças dos seres humanos? A teoria do conhecimento tenta responder a questões como estas. É importante ver nestas questões a interação de considerações acerca dos gêneros de crenças que podemos ter e considerações acerca dos gêneros de crenças que queremos.

Questões de Leitura

(Para a distinção entre questões de leitura e questões para pensar vê o Prefácio para Estudantes.)

1. A Secção 1 referiu as funções construtivas e destrutivas da teoria do conhecimento. Deu também exemplos de procura de melhores formas de adquirir e criticar crenças: qual destas era a função construtiva e qual era a função destrutiva?
2. A Secção 2 dá exemplos de ideais epistêmicos. Sugere que deveríamos examinar se podem ser alcançados pelos seres humanos. Como é que o ideal racionalista pode não ser alcançado pelos seres humanos?
3. A Secção 3 afirma que as crenças racionais não têm tendência para ser amplas generalizações expressas com palavras como “todas” ou “nunca”. Será que poderemos expressar algumas crenças racionais usando estas palavras?
4. A Secção 3 tinha exemplos de crenças racionais e irracionais. Teria sido mais correto falar de crenças que numa dada altura seria racional ou irracional um indivíduo sustentar? Dá exemplos.
5. A Secção 3 disse que podem existir razões muito fortes para acreditar em algo que seja falso. Dá um exemplo disto.
6. Considera os seguintes quatro casos. (São todos casos do Canadá, embora não haja nenhuma razão especial para isso.)
 - (a) Alberta goza um raro período quente num Inverno gelado. É Janeiro e ela está em Calgary. Vai viajar em breve para Edmonton, 250 km a norte, onde ficará uma semana. Ela pensa: “Vou deixar o meu casaco de Inverno cá; hoje está tão agradável que seguramente vai estar calor”.
 - (b) Victoria espera o barco das 12h 05m de Vancouver para Nanaimo. Ela usa um relógio caro que nunca se atrasou e que é acertado sempre ao meio-dia por um sinal vindo do British Columbia Observatory. Ela olha para o relógio e vê que marca meio-dia. Ela pensa: “É meio-dia, é melhor apressar-me para apanhar o barco”.

(c) Artur espera o avião que o levará de Thunder Bay para Winnipeg. Tem um relógio que trabalha um dia em três. Artur olha para o relógio e pensa: “É meio-dia, portanto tenho muito tempo até ao avião partir”.

(d) William espera o avião que o levará de Winnipeg para Thunder Bay. O relógio do aeroporto marca 11h 42 da manhã e ele pensa: “O avião aterriza à 1 da tarde pelo que posso demorar quinze minutos a beber o meu café e ainda tenho mais de uma hora antes de ter de estar na porta de embarque.

Em qual destes casos é a crença da pessoa racional? Em qual é justificada? Em qual constitui conhecimento? Classifica-os com Sim, Não e Talvez.

7. A Secção 4 afirmou que se pensas que não somos capazes de ter muitas crenças verdadeiras, então poderás querer ter como objetivo a racionalidade em vez da verdade. Afirmou também que podes querer ter como objetivo a verdade em vez de provas se pensas que basear crenças em provas resultará em poucas crenças verdadeiras. Por quê?

8. Na Secção 5 o segundo argumento favorável ao ceticismo profundo afirma: “Temos consciência de ilusões e alucinações porque contradizem o resto da nossa experiência. Mas isso significa apenas que podemos detectar os pequenos erros. Os grandes, nos quais uma grande quantidade das nossas percepções são ilusórias, são muito menos prováveis de serem detectados.” Por que razão poderá alguém pensar assim?

9. A conclusão do primeiro argumento favorável ao externalismo radical é que as rotinas e capacidades que usamos na vida quotidiana são fontes de crenças verdadeiras razoavelmente fidedignas. Por que apenas razoavelmente fidedignas?

Questões para Pensar

10. Considera a Cassie astuta. É uma grande advinha. Tem palpites acerca de que equipas vão ganhar jogos de basquetebol ou futebol; de vez em quando tem intuições de que um boletim noticioso ou um cabeçalho de jornal é falso; frequentemente, tem uma convicção sobre mudanças não anunciadas na programação da televisão; e ocasionalmente tem o terrível presságio de um desastre iminente. Todos temos estas experiências; mas Cassie é diferente porque os seus palpites, intuições, convicções e presságios estão quase sempre certos. Quando tem uma crença acerca do futuro, é quase sempre verdadeira. Quando a interrogam sobre isto, diz: “Não sei donde vêm as minhas crenças e não sei por que razão são verdadeiras. Na realidade, não estou à espera que as minhas crenças acerca do futuro sejam mais fidedignas do que as das outras pessoas”. Mas ela está errada: as suas crenças adivinhadas *são* mais fidedignas do que as das outras pessoas.

Supõe que estás prestes a viajar de avião para Nova Iorque. Cassie diz-te: “Não apanhes esse voo. Não sei por que sinto isto, mas não quero que apanhes esse avião”. A crença de Cassie é racional? Supõe que a levas a sério e acreditas que não deves apanhar o voo. A tua crença é racional? Supõe que embora levas Cassie a sério, continuas a acreditar que ninguém pode conhecer o futuro. Essa crença é racional?

11. Eis parte do primeiro argumento a favor do ceticismo profundo: “Supõe que há um defeito profundo na forma como os seres humanos pensam. Isto corromperia todos os nossos raciocínios, mas como corromperia

também o raciocínio que usamos para verificar os nossos raciocínios, nunca saberíamos que o nosso pensamento deu para o torto”. É assim tão claro que nunca poderíamos dizer se haveria um defeito que afetasse todos os nossos raciocínios? Supõe, por exemplo, que as pessoas erram sempre ao calcular as probabilidades. Nunca iríamos notar este fato acerca de nós próprios? Poderão existir outros gêneros de problemas acerca dos nossos raciocínios que nunca se nos revelarão?

12. Eis parte do segundo argumento a favor do externalismo radical: “Se os nossos sentidos e as nossas capacidades para usar a informação que obtemos deles não fossem em geral precisos, teríamos morrido há milhares de anos”. É isto verdade? Podes pensar em gêneros de percepção imprecisos que não interferissem com a sobrevivência de uma espécie? Poderão existir gêneros de percepção imprecisos que não aumentem efetivamente as hipóteses de sobrevivência de uma espécie?

13. Considera a mais recente máquina de realidade virtual. Liga-se aos teus nervos sensitivos e motores e liga-os a um computador extremamente poderoso que estimula todos os nossos sentidos com exatamente o *input* que eles obteriam do ambiente real e muda estes estímulos exatamente do modo que eles mudariam se estives realmente a mover o teu corpo de modo a interagir com este meio real. Claro que o meio que o computador simula é completamente diferente do teu meio real. Supõe que estavas numa máquina dessas desde o nascimento. Terias alguma razão para acreditar que não estavas a viver uma vida real no meio que parece encontrar em teu redor? Seriam as tuas crenças (por exemplo, que agora estás a ler um livro de filosofia) racionais? Como é que isto se relaciona com o ceticismo profundo?

14. Como é que o cenário da mais recente realidade virtual se relaciona com o externalismo radical?

15. Na secção 3 as crenças racionais foram descritas em termos do modo como uma pessoa adquire a crença numa dada altura. As crenças justificadas, por outro lado, foram descritas em termos de uma relação entre a crença e a informação em que se baseia. Frequentemente, as crenças racionais serão justificadas, e a racionalidade e justificação coincidirão. Mas não sempre. Considera dois exemplos. Nenhum deles origina um caso claro case, mas discute as suas implicações para a distinção entre racionalidade e justificação.

a. Genevieve quer saber se a moeda que tem na mão não está viciada (isto é, se as possibilidades de sair caras e coroas são iguais se for atirada ao ar). Ela atira-a quatro vezes, e sai caras três vezes. Um amigo que tem um doutoramento em matemática diz-lhe que se a moeda não estiver viciada, há $2/16$ possibilidades de que sairá caras pelo menos três vezes em quatro lançamentos. Ela pensa que uma vez que essa probabilidade é consideravelmente pequena, a moeda está provavelmente viciada. De fato, o seu amigo está errado, e há $5/15$ probabilidades de que uma moeda não viciada saia caras em pelo menos três vezes em quatro lançamentos. A crença de Genevieve de que a moeda está viciada é racional? É justificada?

b. Gunther participa numa experiência psicológica. Os experimentadores dizem a Gunther que estão a dar-lhe uma poderosa droga que fará com que toda a gente pareça a sua mãe. Gunther acredita neles, embora a “droga” que eles lhe dão seja na realidade sumo de ananás. O objetivo da experiência é testar se ele irá pensar que as mulheres parecem a sua mãe porque ele espera que se pareçam. A mãe de Gunther repara telefones e foi chamada para arranjar um telefone no departamento de psicologia. Por erro ela entra no laboratório onde está Gunther. “Olá mãe”, diz Gunther, que, antes que a dúvida se instale, pensa por um momento que é a sua mãe. É racional a crença momentânea de Gunther de que a mulher à sua frente é a sua mãe? É justificada?

16. Supõe que uma teoria epistemológica a que podemos chamar “tradicionalismo” é verdadeira. Segundo o tradicionalismo, é racional sustentar uma crença que muitas outras pessoas na tua cultura acreditam e acreditaram, mesmo que não haja provas fortes de que é verdadeira, desde que não haja provas fortes de que é falsa. (Toma “provas fortes” como provas que tornariam racional sustentar a crença independentemente das tradições da tua cultura.) Então, como na questão 15, temos um percurso em que poderia ser racional sustentar uma crença embora não tenhas nenhuma justificação para acreditar nela. “Tudo depende do que entendes por justificado”. Supõe que uma pessoa vive numa cultura em que algumas crenças religiosas são largamente sustentadas. Supõe, além disso, que não há qualquer prova direta da existência de Deus, nenhuma prova que convencesse um ateu convicto — e não há quaisquer argumentos lógicos que provem a existência de Deus. Compara as duas definições seguintes de “justificado”:

a) Uma pessoa está justificada em sustentar uma crença B se tiver provas de que é racional sustentar B que seriam aceitas por alguém que duvidou de B, ou se compreende um argumento lógico que leva da sua crença atual para B.

b) Uma pessoa está justificada em sustentar uma crença B se, dadas as suas outras crenças, é razoável acrescentar-lhes B. Supõe que o tradicionalismo está correto. Descreve em detalhe as crenças e situação de uma pessoa (provas, crenças de outras pessoas, etc.) que fariam a crença dessa pessoa em Deus racional mas não justificada, segundo a) mas não segundo b).

Leituras Suplementares

Pode-se encontrar discussões acessíveis de crença, razão e dos objetivos da teoria do conhecimento em Martin Hollis, *Invitation to Philosophy*, Blackwell, 1985, capítulos 1 e 2 e em W. V. Quine e Joseph Ullian, *The Web of Belief*, Random House, 1978, capítulo 1. Os capítulos 1 e 2 de Adam Morton, *Philosophy in Practice*, Blackwell, 1996, são também relevantes. O capítulo 1 de *Epistemologia Contemporânea*, Edições 70, 1990, começa com o ceticismo como ponto de partida para abranger alguns dos temas deste capítulo. No entanto, o livro de Dancy não é introdutório. Em Mary Tiles e Jim Tiles, *An Introduction to Historical Epistemology*, Blackwell, 1993 são discutidas questões acerca de como os objetivos da epistemologia mudaram durante a sua história. No capítulo 1 de Alvin Plantinga, *Warrant: The Current Debate*, Oxford University Press, 1993, fazem-se e discutem-se distinções fundamentais entre crenças racionais e justificadas e discutem-se também as semelhanças entre padrões em moral e em epistemologia. Podem encontrar-se seleções de obras clássicas de filosofia relevantes para este capítulo em John Cottingham, *Western Philosophy: An Anthology*, Blackwell, 1996. Vê a parte 1, secção 7, de David Hume, “Scepticism Versus Human Nature”, e a parte 1 secção 10, de G. E. Moore “Against Scepticism”. (Estes são títulos de Cottingham”, e não de Hume e Moore.)

autor: Adam Morton

tradução: Álvaro Nunes

fonte: Filosofia e Educação

original: A Guide Through the Theory of Knowledge